



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

25/11/2012

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. VARA CÍVEL.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CNJ.....	2 - 3
2.2. SEM ASSUNTO.....	4 - 7
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DECISÕES.....	8 - 9
3.2. SELETIVOS.....	10 - 11
3.3. SEM ASSUNTO.....	12 - 16
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	17
4.2. JUÍZES.....	18
4.3. PRESIDENTE.....	19
4.4. SEM ASSUNTO.....	20
4.5. SERVIDORES.....	21

Corregedoria Geral de Justiça reúne com Registradores Civis da Ilha de São Luis

A Corregedoria Geral da Justiça promoveu na manhã da última sexta-feira (23), uma reunião (foto) com oito Registradores (titulares ou responsáveis pelas serventias extrajudiciais) da Ilha de São Luis. Na pauta, entre outros assuntos, a apresentação do Sistema Auditus, desenvolvido pela equipe de análise de sistemas da Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça, em conjunto com a Assessoria de Informática da Corregedoria. **PÁGINA 3**



Conciliar é mais que necessário

AURELIANO NETO

Há aqueles - e são muitos, infelizmente -, que adoram uma boa confusão, ou mesmo uma má e precipitada briga, ainda que de desfecho duvidoso. E dão um boi para entrar no conflito, e uma boiada para dele não sair. Também há os que são possuídos de uma tolerância de Gandhi. Sempre buscam o entendimento para solução das disputas. São os adeptos da não-agressão, que fazem do diálogo, da paciência do ouvir, o meio suasório de resolver a controvérsia. Seguem, com fidelidade, o dito popular de que é melhor um bom ou razoável acordo que uma imprevisível demanda, cujo final nem sempre lhes pode ser favorável.

Vejam bem. O preâmbulo da nossa Constituição Federal faz enfática referência à instituição de um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, fundada na harmonia social e comprometida com a solução pacífica das controvérsias. Tanto é essa a finalidade que, para almejar a pacificação dos conflitos, a nossa Carta Republicana outorgou, no art. 98, competência à União e aos Estados para criarem juizados especiais, providos por juízes togados ou leigos, competentes para conciliarem as causas cíveis de menor complexidade. E no inciso II da mesma norma, concede à justiça da paz competência não jurisdicional para exercer atribuições conciliatórias. Percebe-se que o constituinte de 1988 teve o cuidado de pensar em dotar a justiça com juízos eficazes para compor consensualmente as disputas judiciais e extrajudiciais.

Ao lado dessas regras constitucionais, que denotam a relevância da conciliação como meio de compor as demandas que se deflagram entre os cidadãos, a Lei nº 9.099/95, que trata dos juizados especiais cíveis e criminais dos Estados, contém uma norma de extrema e essencial importância, que é o artigo 57, que diz que “o acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial”. Essa regra, de grande alcance e, infelizmente, de tão pouco uso, possibilita que as partes em conflito, por si mesmas, ou até mesmo com a participação de um mediador ou conciliador, resolvam a controvérsia, por via consensual, ainda que envolvam questões de qualquer natureza ou valor (família, obrigação, sociedade empresária, condomínio, locação etc.), e, como garantia de cumprimento, levem ao juízo competente para homologar.

Chimentí (In: Teoria e Prática dos Juizados Cíveis Estaduais e Federais, 7. ed., Saraiva, p. 311), em percuente exame, esclarece que “o juiz competente para análise e homologação do acordo extrajudicial firmado com base neste art. 57 pode ou não ser o juiz do Sis-

O preâmbulo da nossa Constituição Federal faz enfática referência à instituição de um Estado Democrático

volvam questões de qualquer natureza ou valor (família, obrigação, sociedade empresária, condomínio, locação etc.), e, como garantia de cumprimento, levem ao juízo competente para homologar.

Chimenti (In: Teoria e Prática dos Juizados Cíveis Estaduais e Federais, 7. ed., Saraiva, p. 311), em percucente exame, esclarece que “o juiz competente para análise e homologação do acordo extrajudicial firmado com base neste art. 57 pode ou não ser o juiz do Sistema Especial, de acordo com a matéria e o valor do pacto firmado entre as partes”. Ora, se não vivêssemos a cultura da sentença, caracterizada pelo exercício da jurisdição adversarial, e as pessoas (físicas ou jurídicas) não vissem na figura do juiz um deus produtor de decisões, os interessados na solução de suas disputas, antes de ingressar com a demanda em juízo, tentariam sempre resolvê-las por meio pacífico, com menos ônus e mais rapidez no resultado negociado.

A processualista Ada Pellegrini Grinover (In: Os Fundamentos da Justiça Conciliativa. Mediação e Gerenciamento do Processo, 1. Ed., Atlas, pp. 3-4) faz profunda reflexão sobre as vantagens da conciliação, tanto no seu aspecto procedimental quanto ao fim sociológico, ao afirmar que “relewa, assim, o fundamento social das vias conciliativas, consistente na sua função de pacificação social. Esta, via de regra, não é alcançada pela sentença, que se limita a ditar autoritativamente a regra para o caso concreto, e que, na grande maioria dos casos, não é aceita de bom grado pelo vencido, o qual contra ela costuma insurgir-se com todos os meios na execução; e que, de qualquer modo, se limita a solucionar a parcela de lide levada a juízo, sem possibilidade de pacificar a lide sociológica, em geral mais ampla, da qual aquela emergiu,

como simples ponta do iceberg”. E conclui: a justiça tradicional é passadista; enquanto a informal se dirige para o futuro.

Na Inglaterra, o processo só chega ao juiz como última opção, após esgotadas todas as instâncias de solução consensual, pela mediação, meio de resolução muito utilizado pelos ingleses. Pode o tribunal recomendar que as partes, no curso do processo, recorram ao procedimento consensual, aplicando punições para aquele que não aceitar a recomendação. Como sanção, embora ganhe a demanda, não faz jus aos valores da sucumbência, ou estes podem sofrer elevação (In: Neil Andrews, O Moderno Processo Civil, formas judiciais e alternativas de solução de conflitos na Inglaterra. 1. Ed., RT. Rev. tr.: Teresa Arruda Alvim Wambier).

Conciliar é transformar o conflito numa vivência afetiva, humanizando as relações com o outro. Na visão de Warat (In: Ofício do Mediador, p. 140), o conflito, a ser conciliado ou mediado, é sempre um labirinto de sensibilidades, não alcançadas pelo mapa de normas e decisões. Por isso, afirma que as técnicas legais não resolvem esse labirinto. Impõe-se a consolidação dessa justiça informal e coexistencial. A semana da conciliação, promovida pelo CNJ e recentemente finda, de certa forma, se apresenta como um convite e compromisso institucional para prática construtiva desse moderno paradigma, que acena para o futuro de uma relação solidária de reencontro com o outro.

.....
Membro da Academia Imperatrizense de Letras e juiz
de Direito em São Luís - MA
E-mail: aureliano_net@zipmail.com.br

Catharina Bacelar, secretária de Estado da Mulher

"Mulheres e crianças são a maioria das vítimas no tráfico de pessoas"

Dos 94 municípios do país mais vulneráveis ao tráfico de pessoas, cinco estão no Maranhão; para enfrentar o problema, Semu lança amanhã a campanha *16 Dias de Ativismo, pelo fim da violência contra a mulher* com a inauguração da Ouvidoria da Mulher

Yane Botelho
Da equipe de **O Estado**

O tráfico humano para fins de exploração sexual é a terceira maior fonte de renda ilegal do mundo, atrás apenas do tráfico de drogas e de armas. O tema, trama principal da novela *Salve Jorge*, da TV Globo, é realidade para muitas maranhenses e desafia as autoridades. A titular da Secretaria de Estado da Mulher (Semu), Catharina Bacelar, concedeu entrevista, na manhã de sexta-feira, ao programa Ponto Final, da rádio *Mirante AM*, onde falou sobre a campanha *16 Dias de Ativismo, pelo fim da violência contra as mulheres*, que tem início hoje em São Luís, e o estabelecimento da Ouvidoria da Mulher do Maranhão.

Segundo a secretária, dos 94 municípios do país com maior registro de tráfico de pessoas, cinco estão no Maranhão. Na televisão, Jéssica, a personagem de Carolina Dieckmann, sai do Brasil para ser modelo, mas na verdade cai na armadilha de grupo de traficantes internacionais e vai parar em uma boate usada como prostíbulo. Em seguida, será a vez de a protagonista da trama, Morena, vivida por Nanda Costa, ser enganada pela quadrilha. É contra histórias semelhantes a essas contadas na ficção que instituições se unem em combate.

Catharina Bacelar também aproveitou a ocasião para falar

sobre a as agressões e assassinatos cruéis de mulheres ocorridos no estado, vítimas de marido, amantes e ex-namorados. Nas duas últimas semanas, pelo menos dois casos chamaram a atenção do público. No dia 18, a dona de casa Roseane dos Santos, de 21 anos, foi assassinada com 24 facadas, durante a madrugada, em Bacabal. O crime, segundo a Polícia Civil do município, foi praticado pelo próprio companheiro, o lavrador Elias da Conceição. No dia 14, em Mirinzal, a população matou a pauladas e facadas Nilton Pinheiro Cardoso, de 40 anos, que havia fugido após assassinar a ex-mulher e ferir a sogra por não aceitar o fim do casamento.

O Estado - Para que fins as mulheres do Maranhão são traficadas?

Catharina Bacelar - O tráfico de pessoas se dá em três frentes: o trabalho escravo, a exploração sexual e o comércio de órgãos. É o terceiro negócio que mais movimentam recursos, só perdendo para o tráfico de drogas e de armas. Pesquisas apontam que o tráfico de pessoas já teria assumido a segunda posição. São US\$ 70 bilhões por ano. Não há registros de comércio de órgãos na Secretaria, mas a Organização das Nações Unidas (ONU) já admite que de 5% a 10% de todos os transplantes de rins que

ocorrem no mundo são feitos com órgãos traficados.

O Estado - Quem são as principais vítimas do tráfico para exploração sexual?

Catharina Bacelar - Mulheres e crianças formam a maioria das vítimas, principalmente no tráfico interestadual. O tráfico para a exploração sexual internacional parece ser algo distante da realidade maranhense, mas está muito presente. Há registro de tráfico de muitas meninas de Imperatriz, Açailândia e Lago da Pedra. Dos 94 municípios do país mais vulneráveis ao tráfico de pessoas, cinco estão no Maranhão. Recentemente, a Semu atuou no recâmbio de uma jovem maranhense, vítima do tráfico de pessoas. A garota foi abandonada no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, depois que o traficante percebeu que ela tinha uma pequena deficiência física. Por essa ação, a Semu recebeu elogio formal da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

O Estado - Homens também são vítimas do tráfico?

Catharina Bacelar - O homem costuma ser vítima de trabalho escravo. São olheiros de futebol que levam crianças que depois desaparecem. No Japão, há relatos de comércio de pele

humana tatuada para fazer abajur. São pessoas que se declaram doadores antes de morrer e, de repente, aparecem mortas. Tomei conhecimento desse fato em um seminário internacional ocorrido em Pernambuco.

O Estado - Novelas colaboram no combate a esse crime?

Catharina Bacelar - Colaboram bastante. Antes de levar a novela *Salve Jorge* ao ar, a TV Globo procurou órgãos e instituições especializadas para saber se havia o preparo necessário para receber as denúncias que poderiam surgir.

O Estado - Quais ações a Semu executa para acabar com esse comércio ilegal?

Catharina Bacelar - Buscamos a instalação de um núcleo estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas, em parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos. O núcleo funciona em rede por todo o Brasil e tem ligações com o exterior. Nas proximidades, Maranhão, Piauí e Tocantins são os únicos estados que ainda não têm esse núcleo. Como parte da programação dos 16 Dias de Ativismo, no dia 17 de dezembro, haverá solenidade para instalação desse núcleo, que envolve diversos órgãos, como Capitania dos Portos, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Haverá

estrutura com viaturas, computadores, pessoal.

O recurso utilizado provém do Governo Federal, com contrapartida estadual. A Semu não pode trabalhar de forma isolada no combate ao tráfico de mulheres. É crime organizado, é muito sério. Já me envolvi pessoalmente em algumas situações. Hoje recebo ligações da Polícia Federal do Pará com informações. Nesse núcleo, exerceremos nosso papel promovendo ações afirmativas. Vamos discutir a temática, produzir oficinas para que as jovens percebam as características desses crimes, para que elas percebam que esses convites não são promessas de um futuro melhor.

O Estado - Em duas semanas, dois episódios de violência doméstica chamaram a atenção. Duas mulheres foram assassinadas pelos seus companheiros no Maranhão. Em relação às outras unidades da federação, o estado ocupa uma posição muito ruim?

Catharina Bacelar - O Maranhão figura entre os estados onde menos ocorre esse tipo de violência. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher está visitando os estados brasileiros, mas deixou o Maranhão bem para o final, por não figurar entre aqueles onde mais ocorre esse tipo de assassinato. Aqui no Maranhão há uma característica interessante. Não há um grande volume de casos, mas são crimes que chocam pela brutalidade. Em alguns casos, a coisa se

dá com requintes de crueldade. Muitas mulheres são degoladas, decapitadas, esquartejadas, o que não é tão comum nas outras regiões. Na maioria das vezes, essas mortes ocorrem no campo. A maioria dos agressores é lavrador. Eles utilizam o próprio instrumento de trabalho, que é o facão, para assassinar as próprias mulheres.

O Estado - Como essa situação tem sido combatida?

Catharina Bacelar - Já visitamos 143 municípios. Depois da campanha, retomaremos as viagens pelas cidades. Temos uma unidade móvel que está neste momento fazendo ações, levando informações para as mulheres no interior do estado.

O Estado - As medidas protetoras, como a Lei Maria da Penha, que combate a violência contra a mulher, não têm se mostrado eficientes? Há alguma falha?

Catharina Bacelar - Até certo ponto, a Lei Maria da Penha tem sido muito eficiente. Mas como pode o Estado garantir que o agressor não vá efetivamente se aproximar da mulher, se aproximar da família e chegar e cometer algum crime? Em Minas Gerais, essa tornozeleira que também está sendo usada no Maranhão para vigiar criminosos é usada contra agressores de mulheres. Há um dispositivo, como um pingente, que vibra, avisando à mulher quando esse homem já ultrapassa a distância designada pelo juiz. São medidas que podem ser utilizadas.

Campanha combaterá violência contra a mulher

A Secretaria de Estado da Mulher (Semu), em estreita parceria com os órgãos que compõem a Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, lançará no Maranhão amanhã a campanha *16 Dias de Ativismo, pelo fim da violência contra a mulher*. A programação objetiva, principalmente, mobilizar e sensibilizar os operadores do Direito para a compreensão da magnitude do fenômeno e a importância do enfrentamento à violência doméstica.

Este ano, a campanha tem como foco o fortalecimento de outra campanha *Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A Lei é mais forte*, promovida pelo Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e do Ministério da Justiça (MJ). A campanha é uma ação internacional que acontece anualmente no período de 25 de novembro a 10 de dezembro desde 1991 e busca sensibilizar, comprometer e trabalhar a conscientização das pessoas, entidades, órgãos públicos e a sociedade em geral para o combate à violência contra a mulher.

Programação - No Maranhão, a

programação da Semu durará 21 dias. Estão previstas a inauguração da Ouvidoria da Mulher, a entrega de quites de equipamentos e capacitação profissional para reaparelhamento da Rede de Atendimento à Mulher (Rede Amiga da Mulher) de São Luís e a assinatura do decreto de criação do Núcleo Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Maranhão (NETP-MA), além das atividades da unidade móvel Carreta Viva Mulher.

Órgãos municipais de vários municípios do Maranhão - secretarias, coordenadorias, departamentos de mulheres e outros - organizam suas programações. Em algumas localidades, como São João do Sóter, Morros e Afonso Cunha, a campanha teve início na terça-feira (20). Em Timon, Codó, Imperatriz e São Luís, as atividades serão iniciadas hoje, Dia Internacional pela não Violência Contra a Mulher.

Na capital maranhense, outras instituições ligadas à Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, coordenada pela Semu, também realizarão atividades (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Secretaria de Saúde, Sejam e outras).



Secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar, tem combatido tráfico de mulheres no estado

Serviço

O quê: Lançamento da campanha *16 Dias de Ativismo, pelo fim da violência contra a mulher*

Quando: Hoje, das 10h às 11h30

Onde: Sala de reuniões da Vice-Governadoria, Palácio Henrique de La Rocque, no Calhau

Mais

O número Ouvidoria da Mulher do Maranhão é (98) 3235-3415

Divulgação



"Encontra-se esse tribunal numa quadra paradigmática. (o julgamento) Fixou nos cidadãos a real compreensão de que ninguém está acima da lei"

Ophir Cavalcanti, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil,

■ INVESTIGAÇÃO

Execução ou legítima defesa?

Justiça maranhense investiga homicídio de duas pessoas por um policial militar. O crime foi cometido no Centro da capital. PM alega legítima defesa

DOUGLAS CUNHA

Execução sumária ou legítima defesa? A resposta está por conta do Ministério Público e do Judiciário maranhense.

Os fatos estão contidos no inquérito que, na semana passada, foi encaminhado à Justiça. A peça informativa contém dados que remontam a história de um duplo homicídio que tem como acusado um cabo da Polícia Militar do Maranhão, ocorrido no dia 20 de julho de 2011, no Centro da capital.

Consta que o cabo Jailton Pereira Mendes, lotado no 9º Batalhão da Polícia Militar, ao abordar dois homens, na Rua da Mangueira, no Centro de São Luís, determinou que ambos deitassem no chão e, em ato contínuo, desferiu um tiro em cada um, fato apurado pelas investigações desenvolvidas pelo delegado Newton Correia Filho, titular do 1º DP (Centro).

O delegado disse que as vítimas identificadas como Júlio César Maia Pereira Filho, 24 anos, conhecido como "Chocolate", e Wanderson Henrique Mendanha Sousa, 22 anos, identificado também como "Chocolate", ambos moradores da Travessa Manoel Ribeiro, no Bairro de Fátima, foram socorridas por uma

2

pessoas foram mortas na
Rua das Mangueiras

viatura da Polícia Militar e levadas para o Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I), onde chegaram já sem vida.

O próprio cabo Jailton, na companhia de seu parceiro de operações, soldado Ciro José Costa Portela, compareceu no Plantão Central da Rffsa, na Beira-Mar, onde fez o registro da ocorrência e apresentou um revólver calibre 38, que teria sido usado por um dos homens mortos, para tentar matá-lo, no momento da abordagem, o que teria culminado em um tiroteio em que os dois tombaram.

O delegado Neuton Correia apurou que o cabo Jailton, ao abordar os dois homens, quando os mesmos chegavam em uma motocicleta de cor preta, na Rua da Mangueira, determinou que os dois homens deitassem ao chão e depois atirou contra os dois, quando os referidos já estavam dominados e sem terem oferecido resistência.

Em legítima defesa

O cabo PM Jailton Pereira Mendes, em seu depoimento, disse que se encontrava com o companheiro de missões, o soldado Ciro José, patrulhando o Centro em motocicletas da Polícia Militar, quando recebeu a informação de que dois homens haviam assaltado uma pessoa, no Bairro Alemanha. Quando chegou próximo ao Hospital Presidente Dutra, observou dois homens em uma motocicleta preta e que saiu em perseguição aos suspeitos. Ele pela Rua Rio Branco e o soldado Ciro pela Rua da Alegria. Conta o cabo Jailton que na Rua do Sol perdeu de vista os dois suspeitos e que voltou a vê-los quando chegavam à Rua da Mangueira, momento em que o homem que estava na garupa fez disparos contra ele, dando origem a um tiroteio em que ambos foram feridos.

O cabo Jailton disse que comunicou o fato ao CIOPS e aos seus superiores, solicitando socorro, tendo os dois vitimados sido levados para o Socorrão I por uma viatura da Polícia Militar, porém ali já chegaram sem vida. O soldado Ciro José também prestou depoimento na Delegacia do Primeiro Distrito, ratificando as declarações do cabo

1

policia militar é investigado pela
Justiça maranhense

Jailton e afirmou que chegou a ouvir os dois disparos e soube pelo rádio que teriam ocorrido na Rua da Mangueira e ali chegando encontrou seu companheiro cabo Jailton e os dois homens baleados, tendo o cabo PM comunicado o fato ao CIOPS e solicitado ajuda para socorrer as vítimas.

Contraditório

Testemunhas ouvidas pelo delegado Newton Correia afirmaram que ouviram apenas dois disparos, desqualificando a informação de que teria ocorrido ali um tiroteio. Maurício James da Silva Manazes, proprietário de um estúdio de tatuagens, afirmou que estava no seu local de trabalho quando ouviu apenas dois disparos de arma de fogo e que foi até à rua para ver o que estava ocorrendo, encontrando ali o policial militar e os dois homens baleados, identificando-os, em seu depoimento, como "Frito" e "Chocolate", seus conhecidos,

a quem aguardava em seu estúdio.

Disse o tatuador James que conhecia os dois desde a infância e que desconhecia de qualquer fato que desabonasse a conduta de ambos. João Melônio, outra testemunha, é flanelinha que trabalha na Rua da Mangueira. Em suas declarações ele disse que estava em uma lanchonete quando ouviu dois disparos de arma de fogo e que foi ver o que passava, olhando então um policial militar e dois homens baleados e que saiu dali dirigindo-se para sua residência.

Também Mauro Sérgio de Souza prestou depoimento na Primeira Distrital e falou que ouviu somente dois disparos e quando foi ver o que passava viu o policial militar e dois homens baleados. Todas as testemunhas não declararam ter ouvido vários tiros o que caracterizaria um tiroteio.

As vítimas

Júlio César Maia Pereira, 21 anos, conhecido como Chocolate morava na 2ª Travessa Manoel Ribeiro, via onde residia também Wanderson Henrique Mendanha Sousa, 22, conhecido como Frito. Eram amigos desde a infância.

Frito, ainda durante a infância, foi deixado na casa da senhora Sa-

lustiana Castro Martins, pela sua mãe biológica, uma doente mental, e ali permaneceu se tornando o 11º filho da família. Depois de adulto saiu passando a conviver com uma mulher, sendo preso por duas vezes acusado de tráfico de drogas. Chocolate era um jovem de conduta limpa e muito amigo de Frito, morrendo quando se encontrava em sua companhia. O funcionário público Júlio César Maia Pereira disse que o seu filho, Júlio César Filho, foi executado covardemente com um tiro pelas costas. Ele conta que Chocolate trabalhava como mototaxista e que estava fazendo uma "corrida" para Wanderson Sousa e que quando chegaram à Rua da Mangueira, no momento em que este fazia o pagamento, foi atingido com um tiro, e seu filho, assustado, tentou escapar, sendo então alvejado pelas costas pelo cabo Jailton.

Revoltado, Júlio César disse que na ocasião do crime oficiais da Polícia Militar deram declarações desqualificando seu filho, afirmando ser o mesmo um bandido perigoso, o que ele contesta dizendo que toda documentação comprobatória de que Júlio César Pereira Filho era um cidadão de bem e que jamais teve qualquer envolvimento com qualquer ato ilícito.

■ CONCURSO

No aguardo da Justiça

Certame do Tribunal de Justiça concluído em 2011 ainda não chamou nenhum aprovado. O resultado está *sub judice*

BEATRIZ RIBEIRO

O concurso para notários e registradores do Maranhão continua sob avaliação judicial e ainda deve durar um bom tempo para que os aprovados assumam seus cargos. Atualmente, o processo encontra-se nas mãos do Ministério Público Estadual, que está há aproximadamente um mês com a posse dos documentos. A Comissão de Concursos do Tribunal de Justiça do Maranhão espera que até o início de dezembro o processo retorne às mãos da desembargadora Nelma Sarney, para que possa ser julgado.

Desde setembro, o processo está suspenso sob a determinação da desembargadora, por meio de medida cautelar, motivada pela ação ordinária ajuizada pelos candidatos Haroldo Correa Cavalcante Neto e Kamilly Borsoi Barros Froz, que solicitam a correção das questões



Desembargador Cleones Cunha disse que o processo será julgado pela 2ª Instância Civil

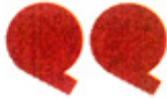
práticas 1 e 2 do concurso.

No processo, os candidatos que já conseguiram aprovação no seletivo pedem pela revisão do conteúdo da prova a fim de garantir melhores classificações.

O seletivo realizado em maio do ano passado abriu 149 vagas para titulares de cartórios de notas e registros do estado. Para concorrer ao cargo, a exigência aos candidatos era possuir diploma de bacha-

rel em direito e exercício da função por 10 anos.

Segundo a Comissão de Concursos do Tribunal de Justiça, todas as etapas do seletivo foram concluídas, e, portanto, a pendência judicial dificulta a efetivação dos candidatos aprovados pelo concurso. O corregedor geral de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, que é também Presidente da Comissão de Concursos indicou



Os documentos ainda estão sendo analisados pelo Ministério Público. A desembargadora Nelma Sarney irá retomar o processo e, enfim, ele será julgado

Cleones Cunha,
presidente da Comissão de Concursos

que logo o processo retorne, será julgado pela 2ª Instância Civil. “Os documentos ainda estão sendo analisados pelo Ministério Público. A desembargadora Nelma Sarney irá retomar o processo e, enfim, ele será julgado,” afirmou o corregedor.

A desembargadora Nelma Sarney encontra-se em período de férias, e deve retornar as atividades no início do mês de dezembro, mesma data em que os documentos devem retornar ao Tribunal de Justiça.

MEMÓRIA

Divulgação do concurso em março de 2011

● O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão torna público, para conhecimento de todos os interessados, a realização de Concurso Público destinado à Outorga de Delegação de Serviços de Notas e de Registros, em serventias vagas no Estado. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESES. As serventias vagas, em número de 149, serão providas sendo 100 vagas por ingresso e 49 por remoção. O processo de Inscrição dar-se-á através da Internet, ocorrendo em 2 etapas distintas. A primeira parte do proces-

so de Inscrição ao Concurso Público - Edital 001/2011 consiste em acessar o site www.cartorio.tjma.ieses.org ou o site www.tjma.jus.br apontando para “inscrições on-line” e, preencher a Ficha de Inscrição, no período de sexta-feira, 4 de março de 2011 a sexta-feira, 8 de abril de 2011.

A segunda parte do processo de inscrição ao Concurso Público - Edital 001/2011 consiste em imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até sexta-feira, 8 de abril de 2011, exceto se isento do pagamento. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 150.

Notário: função rentável

Diferente dos outros concursos públicos, o resultado do certame para a função de notário é bastante disputado em decorrência da regra de classificação dos candidatos, que determina fatores como as atribuições salariais. A renda dos notários e registradores é flutuante e depende exclusivamente desta ordem de aprovação. Os primeiros candidatos aprovados neste concurso podem conseguir uma média salarial de até R\$ 700 mil.

■ VARGEM GRANDE

Defensoria inaugura núcleo

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) continua o processo de expansão dos seus serviços para o interior do estado. Na última semana, foi inaugurada sua 17ª unidade de atendimento na cidade de Vargem Grande. O núcleo atenderá, também, aos municípios de Nina Rodrigues e Presidente Vargas, termos judiciários da comarca. A solenidade de inauguração foi presidida pelo defensor-geral do estado, Aldy Mello Filho. Participaram da cerimônia a corregedora-geral da DPE, Fabíola Almeida Barros, a defensora titular no núcleo, Elaine Alves do Rêgo Barros, e o defensor de Itapecuru, Marcos Patrício Monteiro.

Com a instalação do núcleo regional da DPE/MA em Vargem Grande, que já se encontra em pleno funcionamento, mais de 70 mil pessoas terão acesso facilitado à Justiça. "A chegada da instituição no município contribuirá para melhoria dos indicadores sociais e, consequentemente, das condições de vida da população local", afirmou Aldy Mello Filho que explicou, ainda, que a escolha de Vargem Grande observou os dados do IBGE, que aponta o município com o menor rendimento médio familiar do país. "Os índices de exclusão social são sempre observados dentre os critérios para a escolha das cidades contempladas com núcleos da Defensoria", explicou o defensor-geral.

Ele destacou que o processo de interiorização ainda é um desafio para a Defensoria Pública do Maranhão. "Mesmo com as nossas limitações orçamentárias, inauguramos, somente no ano de 2012, núcleos da Defensoria em Rosário, Pedrei-



Marcos Patrício, Elaine Alves Barros, Aldy Mello Filho e Fabíola Almeida presidiram a inauguração em Vargem Grande

ras, Pinheiro, Chapadinha e Vargem grande. Apesar dos nossos esforços, ainda estamos longe de acompanhar o crescimento do Judiciário e do Ministério Público", afirmou Aldy Mello.

A entrega do novo serviço na cidade, que se encontra a 172km da capital maranhense, reuniu autoridades do sistema de Justiça que atuam no município, representantes dos poderes Executivo e Legislativo e da sociedade civil. Além de boas-vindas, todos destacaram a importância da chegada da Defensoria no município e da necessidade do trabalho em parceria para a garantia dos direitos da população.

Para o promotor de Justiça Benedito de Jesus Nascimento Neto, há oito anos atuando no município, a presença da instituição em Vargem Grande é uma grande conquista. "A Defensoria é a marca registrada da consolidação do Brasil como um estado democrático de direito, na medida em que garante a todos os cidadãos o direito fundamental à ampla defesa. Embora a instituição ainda esteja

longe de atingir todos que necessitam dos seus serviços, em virtude do pequeno número de membros, não há como deixar de reconhecer que a DPE se encontra no caminho certo, se expandido de forma correta e responsável. Somos da opinião de que a Defensoria deva receber o mesmo tratamento conferido ao Ministério Público, desde a política salarial de seus profissionais até a adequada estruturação", destacou.

A defensora pública Elaine Rego reconhece os desafios que tem pela frente, mas se disse disposta a enfrentá-los com dedicação e compromisso. "Estou há pouco tempo na carreira, mas sou consciente do meu papel como defensora e do quanto a população precisa da instituição. A Defensoria chega a Vargem Grande com uma excelente estrutura de trabalho para atender de maneira adequada os cidadãos", afirmou.

O prefeito Miguel Rodrigues Fernandes agradeceu o esforço da Administração Superior em levar os serviços da DPE para o município e destacou a importância da pre-

sença do órgão, como instrumento de justiça social, em um município com tantas carências como Vargem Grande.

O secretário judicial da Comarca de Vargem Grande, Denis Lima, parabenizou o trabalho da Defensoria no processo de expansão das ações do órgão. "A presença da instituição em Vargem Grande se faz bastante necessária, haja vista o grande número de processos em tramitação na comarca, sendo que dos 3.500, 80% envolvem pessoas de baixa renda", informou.

Diante da demanda expressiva, a corregedora Fabíola Barros destacou a importância do trabalho alinhado entre as três estruturas de justiça local e da adoção de medidas extrajudiciais, para evitar a judicialização das ações e agilizar a resolução dos conflitos. Durante a audiência pública que antecedeu a inauguração do núcleo no município, ela lembrou que a busca da solução mediada de conflitos, evitando a proposição de ações judiciais, é sempre o melhor caminho.

Combate implacável

A prisão por ordem da Justiça Federal de três ex-prefeitos no Maranhão em uma semana, por improbidade administrativa, reforça para a sociedade a sensação que há no país um sistema jurídico operando, como nunca se viu, no combate ao mau uso do dinheiro público. As ações chegam no momento mais oportuno, quando prefeitos eleitos em outubro se preparam para compor suas equipes de gestores dos próximos quatro anos. A legislação que pune atos de improbidade não resume seu alcance aos mandatários eleitos pelo povo, mas pegam também ordenadores de despesas em qualquer nível no serviço público.

Os Poderes do Estado, segundo a clássica definição de Montesquieu, são tripartidos, de acordo com as funções principais inerentes a soberania do ente político. Assim, temos o Executivo (incumbido da administração das coisas públicas), o Legislativo (cuja principal função é a de editar normas de conteúdo geral e observância obrigatória, visando regular e ordenar a vida em sociedade) e o Judiciário (a quem incumbe compor litígios surgidos na aplicação e interpretação das normas jurídicas).

São normas de condutas explicitadas na no art. 37 da Constituição Federal, que lhes empresta um sentido mais amplo ainda, ao abranger a atividade exercida pelos "Poderes" Executivo, Legislativo e Judiciário. Os agentes públicos, portanto, não podem fazer o que bem lhes aprouver. Vale dizer, os princípios previstos obrigam todos os 'Poderes' do Estado, todas as esferas de governo e todos que exercem, mesmo que transitoriamente, parcela de função estatal.

Quando o eleitor vai à urna votar, ele está praticando um

ato que vai muito além do simples gesto de cumprir uma obrigação prevista em lei. Vota na confiança de que o eleito o saberá representar, com dignidade, o comando da função pública, como gerente das coisas do estado ou do município e executor das ações em favor de todos os cidadãos. Lastimavelmente, não tem sido assim na prática. Embora não haja estatísticas atualizadas sobre processos envolvendo gestores públicos corruptos, mas basta acompanhar o noticiário da mídia para qualquer eleitor se indignar diante da quebra de confiança dos eleitos e seus agentes nomeados.

Qualquer gestor público de mediana base de conhecimento sabe que hoje não é fácil desviar recursos públicos e usar outros meios ilegais sem correr o risco de ser flagrado. Há um enorme e bem aparelhado sistema de controle da gestão, com quadros de especialistas em todas as áreas, atuando permanentemente contra a corrupção. Portanto, a prisão dos ex-prefeitos maranhenses é apenas um pingo na vasta estatística dos crimes contra o patrimônio público, a maioria praticada por representantes do povo.

Portanto, senhores prefeitos e vereadores, acompanhem o noticiário sobre improbidade e vejam que há controle rígido, há uma legislação igualmente rigorosa e um quadro técnico de funcionários vasculhando tudo que se pratica de bem e de mal em nome do povo. Aliás, a própria sociedade também possui seus mecanismos de acompanhamento e formas de atuação no mesmo sentido – exigindo transparência e probidade. Os meios de comunicação social são ferramentas indispensáveis nesse processo de combate às más condutas no serviço público.

NOVOS PREFEITOS
**TRANSIÇÃO DIFÍCIL EM CIDADES
DO INTERIOR DO MARANHÃO**
POLÍTICA 2

ELEIÇÕES

O calvário da transição

Prefeitos eleitos de algumas cidades maranhenses encontram grandes dificuldades para ter acesso às informações das administrações municipais

CLODOALDO CORRÊA

A democracia brasileira ainda tem que passar por um processo de amadurecimento para que o gestor que sai do mandato passe de forma tranquila as informações para o gestor que entra e não atrapalhe a continuidade da administração pública por conta de desavenças políticas. No Maranhão, em algumas cidades onde o prefeito eleito é adversário do que sai, **O Imparcial** procurou alguns prefeitos eleitos para saber como anda a transição. Em alguns municípios, o processo está extremamente complicado, trazendo consequências para a população, que sofre com o descaso. Em outros, é perceptível a harmonia e o diálogo entre os atuais e os futuros prefeitos.

Na cidade de Viana, o prefeito eleito é adversário político do atual gestor, e a situação é de um verdadeiro impasse. Lá, o prefeito eleito, deputado estadual Chico Gomes (DEM), alegou que não existe nenhuma transição no município. Ele alega preocupação pelo fato dos atrasos nos salários dos servidores, dívida que, pelo "andar da carruagem", acabará ficando para ele. "Não há transição em Viana. O município está vivendo uma situação caótica de abandono. O lixo na cidade, o esgoto a céu aberto, os salários dos servidores atrasados. Os fundos da Educação e Saúde foram bloqueados pela Justiça para que os servidores destas duas áreas fossem pagos. Mas o restante continua com os salários atrasados e o município em estado de abandono", afirmou. O atual prefeito de Viana, Riva Luís (PV), chegou a ser afastado do cargo pelo Tribunal de Justiça do Maranhão em setembro,

mas retornou por determinação do Superior Tribunal de Justiça no início de outubro.

Outro município onde a transição existe e acabou indo parar na Justiça é Água Doce do Maranhão. O prefeito eleito Rocha Filho entrou com ação pedindo as informações que estariam sendo sonegadas pelo atual gestor José Leomar Dias (PMDB). "Encaminhamos ofício mais de uma vez. A eleição foi no início de outubro. Novembro chegou e nenhuma informação foi repassada. Tivemos que recorrer à Justiça. Esperamos que esta semana saia a decisão obrigando o atual gestor a passar as informações, já que é Lei", afirmou. Rocha disse que os salários dos servidores estão atrasados há dois meses, o lixo não está sendo recolhido e as bombas de água que apresentaram defeito não foram consertadas no município (o abastecimento é feito por Companhia própria e não pela Caema).

Em Gonçalves Dias, o prefeito Valdilson Dias (PSD) já tem ordem judicial para começar a passar as informações até o próximo dia 28. Após várias solicitações, o prefeito eleito Wilson Andrade (PCdoB) também buscou a via judicial para receber as informações do município que irá administrar a partir de janeiro do ano que vem. "Tivemos que acionar o Ministério Público, para nos dar suporte, e a Justiça acatou de imediato. O prefeito simplesmente bateu o pé e não quis passar as informações sem dar sequer alguma justificativa. Pedimos cordialmente por ofício e ele não se manifestou. Por enquanto, ainda não sabemos nada sobre a situação do município", afirmou.

O prefeito de Itapecuru-Mirim e presidente da Famem, Júnior Marreca, afirmou, durante a realização

do Seminário de Integração entre estado e Municípios, a importância dos atuais gestores prestarem as informações aos prefeitos eleitos, como manda a legislação. Segundo Marreca, é necessário esquecer a política neste momento e pensar na população. "A Famem já vem orientando os prefeitos sobre como efetivar a transição na prática, mas, nesse nosso seminário, daremos dados concretos de como fazer isso da melhor forma possível, inclusive naqueles municípios mais complicados, onde a política é mais acirrada. Nesses casos, a gente tem mantido contato com os prefeitos, mostrando para eles a necessidade de se fazer a transição e já temos conseguido alguns resultados. A transição tem que existir, é um princípio da democracia, então, a gente precisa fazer isso com cuidado, com responsabilidade, e mostra, do gestor que está saindo, o respeito que ele teve com a população e a coisa pública", completou.

Transição tranquila

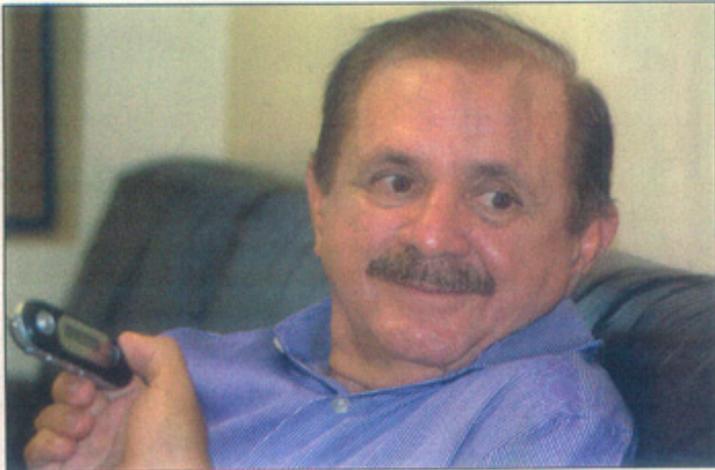
Em dois grandes municípios onde o adversário do atual prefeito venceu as eleições, temos exemplos de uma transição cordial, de acordo com os princípios da democracia. Em Santa Inês e Timon, os atuais prefeitos não conseguiram eleger seus sucessores, mas têm mantido diálogo e prestado as informações de maneira cordial aos eleitos.

Em Santa Inês, o deputado federal Ribamar Alves (PSB), que já havia concorrido outras três vezes, derrotou o candidato do prefeito Robert Bringel (PMDB), Nono (PMDB). Mesmo com a derrota, Robert tem repassado as informações do município. O novo gestor reconhece o

atendimento de Bringel. "As informações estão sendo passadas. Tive uma boa conversa com o prefeito e falei que iria praticar o que eu discurssei. Não vou demitir ninguém. Estou quebrando o retrovisor. Não quero ver o que está para trás. Se eu for pensar em perseguir, não vou governar. Quem tem que ir agora atrás de contas de prefeito é o CGU, TCE, delegado. Não sou nenhum destes. Por isso, não me interessa o que o prefeito deixou de fazer agora. Ele está me passando as informações e estamos levantando para ver como buscar recursos para fazer o que é preciso".

Apesar da cordialidade na transição, Alves alfineta o adversário e lembra que os problemas da cidade ainda são grandes. "Do ponto de vista administrativo, a cidade está um caos. A saúde, educação, moradia deficitária. A insegurança é muito grande em nossa cidade", pontuou.

Em Timon, o deputado estadual Luciano Leitoa (PSB) derrotou Edivar Ribeiro (PMDB), que era apoiado pela prefeita Socorro Waquim (PMDB). Apesar da derrota, Waquim tem prestado as informações à comissão de transição do deputado. Os dois tiveram uma reunião na última quinta-feira (22), onde foram repassados mais detalhes sobre a situação do município. Leitoa agradeceu a adversária pelo chamamento para certo da transição. "Estamos vendo em alguns municípios a confusão no processo entre quem entra e quem sai. Confiamos que a prefeita tenha sensibilidade para podermos ter essa transição mais tranquila possível, até porque no final das contas quem pode ganhar ou perder é o município". Luciano afirmou esperar que a transição continue ocorrendo de forma pacífica.



Chico Gomes reclama da atual situação de Viana, não tem informações de como vai receber a prefeitura

Luciano Leitoa revela que, apesar da inimizade com a atual prefeita, as conversas estão bem encaminhadas



Não há transição em Viana. O município está vivendo uma situação caótica de abandono. O lixo na cidade, o esgoto a céu aberto, os salários dos servidores atrasados. Os fundos da Educação e Saúde foram bloqueados pela Justiça para que os servidores destas duas áreas fossem pagos

*Chico Gomes,
prefeito eleito de Viana*



As informações estão sendo passadas. Tive uma boa conversa com o prefeito e falei que iria praticar o que eu discurssei. Não vou demitir ninguém. Estou quebrando o retrovisor. Não quero ver o que está para trás. Se eu for pensar em perseguir, não vou governar

*Luciano Leitoa,
prefeito eleito de Timon*



Tivemos que recorrer à Justiça. Esperamos que esta semana saia a decisão obrigando o atual gestor a passar as informações, já que é lei

*Rocha Filho,
prefeito eleito de Água Doce do Maranhão*

O QUE DIZ A LEI

Hoje, a transição é regulamentada pela Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, que alterou a redação do artigo nº 156 da constituição do Maranhão, que diz

O Prefeito e o Vice - Prefeito, eleitos para um mandato de quatro anos, serão empossados em sessão solene da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

Parágrafo único - No prazo de dez dias após a proclamação do resultado da eleição municipal pelo Juiz Eleitoral da respectiva Zona, o Prefeito Municipal deverá entregar ao sucessor, relatório da situação administrativa municipal, que conterá obrigatoriamente:

- I - relação das dívidas do Município por credor, com as datas dos respectivos vencimentos;
- II - medidas necessárias à regularização das contas municipais junto ao Tribunal de Contas do Estado e da União, referentes a processos que se encontram pendentes, se for o caso;
- III - situação dos contratos com empresas concessionárias de serviços públicos;
- IV - relação dos contratos para execução de obras já em andamento ou apenas formalizados, informando o que foi realizado e pago, bem como o que há para realizar e pagar referente aos mesmos;
- V - transferências a serem recebidas da União e do Estado, referentes a SB convênio;
- VI - relação dos servidores municipais efetivos e comissionados com a respectiva lotação e remuneração.

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

Endurecer a lei

O deputado estadual Zé Carlos da Caixa (PT) protocolou, na Assembleia Legislativa do Maranhão, Projeto de Lei que oficializa a equipe de transição e prevê sanções para os prefeitos que se negam a repassar as informações. Repasse este que já é previsto em lei. Para o deputado, apesar de estar prevista em lei a obrigatoriedade da prestação de informações, não é regulamentada a equipe de transição e as punições para gestores que se negam ou omitem informações para a nova gestão. "Sabemos que alguns gestores deixam de pagar fornecedores, deixam de pagar empregados, como forma, inclusive, de dificultar aquele gestor novo que assume o mandato em janeiro. Nós protocolamos Projeto de Lei a exemplo de outros estados, para que seja legalizada a formação de uma equipe de transição, para que esse gestor receba to-



das as informações necessárias para que possa assumir o seu mandato com menor dificuldade possível", afirmou. Pelo projeto do deputado, os gestores que não prestam informações podem receber sanções que vão até a inelegibilidade. O projeto ainda não tem data para ser votado e, se aprovado, passaria a valer para as próximas eleições municipais, em 2016.

Juiz conclui doutorado sobre contribuição do Judiciário ao desenvolvimento

O juiz titular da Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher de São Luís, Nelson Moraes Rêgo, entregou ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, sua tese de doutorado em direitos humanos, sobre a temática “La Contribución del Poder Judicial La Protección de Los Derechos Humanos de Tercera Generación, Especial Referencia al Derecho al Desarrollo” (A contribuição de Proteção Judicial dos Direitos Humanos de Terceira Geração, Referência Especial para o Direito ao Desenvolvimento)”, concluída em 16 de outubro na Universidade de Salamanca (Espanha).

A tese, resultante de pesquisas realizadas durante cinco anos, em três países (Brasil, Espanha e Portugal), estuda a relação entre três ramos do Direito – Direito Processual Civil; Direito Internacional Público e Direito Constitucional – com o neoconstitucionalismo, segundo

o qual as instituições sociais têm importância para o êxito econômico, dentre essas, o Poder Judiciário.

O estudo sugere um propósito econômico ao processo civil, assim como a contribuição da Justiça para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, especialmente com o incremento da segurança jurídica e da proteção contratual.

O magistrado analisa os dois pactos republicanos de reforma da Justiça, editados em 2004 e 2005, para propor que o Judiciário caminha para um padrão de excelência, com gestão, modernização administrativa, informatização de serviços, planejamento estratégico, e incremento da ética e da transparência. E conclui que esses contributos que surgiram trazem um novo perfil para o Poder no Brasil.

“O Poder Judiciário incrementou a segurança jurídica por meio de alguns institutos, como a súmula vinculante, arguição de relevância, dentre outros, facilitando as

decisões nos tribunais superiores, com grande efeito na realidade social. Com os efeitos da proteção contratual e da segurança jurídica, tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social brasileiro”, diz o magistrado.

Moraes Rêgo explica que o estudo é útil ao TJ-MA, por ser mais um instrumento para comprovar que o planejamento estratégico na Justiça é um grande avanço, e que vem para melhorar a gestão do Judiciário. “É um caminho sem volta”, resume.

Após a aprovação da tese, que em breve será publicada em livro, o juiz proferiu, em 30 de outubro, na Universidade Portucalense, a conferência “Sistema Integrado de Jurisdições, Interação do Processo Civil com a Arbitragem no Direito Luso Brasileiro”.

Uma cópia da tese será disponibilizada ao acervo da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão (Avenida Pedro II, s/n, Centro), para consulta pública.

O corregedor-geral de justiça, desembargador Cleones Carvalho, começou a averiguar denúncia feita pelos procuradores do Estado segundo a qual algumas comarcas estão cobrando diligências de oficiais de justiça, o que é vedado por lei.

Guerreiro Júnior recebe relatórios de auditoria no Tribunal de Justiça

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, recebeu do secretário de Controle Interno do Judiciário estadual, Daniel Felipe Ewerton, relatório conclusivo dos trabalhos de auditoria nas diretorias de Recursos Humanos e no Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ). O relatório integra uma das ações previstas no Plano Anual de Atividades da Auditoria (PAAA) - órgão criado na gestão do presidente Guerreiro Júnior.

“O objetivo é fazer com que os atos da gestão sejam praticados em consonância com as normas estabelecidas, tendo em vista a missão do Judiciário maranhense de garantir a justiça, dirimir conflitos de forma efetiva e acessível à sociedade”, explica o secretário de Controle Interno.

Ewerton destaca que a auditoria operacional realizada no FERJ, relativa aos meses de agosto a setembro deste ano, foi o primeiro trabalho da Secretaria de Controle Interno

no setor.

Para a elaboração dos relatórios, foram utilizadas técnicas de entrevistas, aplicação de questionários, mapeamento e detalhamento de processos, técnica de análise SWOT, avaliação de riscos, entre outras. As conclusões apresentadas apontam melhoria de procedimentos com o intuito de aperfeiçoar a arrecadação do FERJ e do FERC.

Outra medida adotada pela Secretaria de Controle Interno consistiu na auditoria de processos licitatórios da modalidade concorrência, para verificar a legalidade daqueles finalizados em 2011, utilizando a Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitação e contratos) e a Resolução nº 114/10, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre obras no Poder Judiciário. As inadequações verificadas estão sendo corrigidas.

A auditoria na Diretoria de Recursos Humanos – feita com base na lei nº. 8.258/05 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão) – concluiu que os atos de admissão dos servidores efetivos admitidos no exercício de 2011 estão de acordo com a legislação.

❖❖ Viram a notícia da condenação, a 12 anos de prisão, em regime fechado, na Penitenciária de Pedrinhas, da ex-chefe da folha de pagamento do TJ-MA????!! Pois é..., agora resta esperar a investigação do Ministério Público e o inquérito instaurado para apurar fraudes e inclusão de funcionários fantasmas na folha do Poder Rangedor, sob o comando de um rebento de família tradicional, na época responsável pela FP e hoje exercendo cargo de direção!!! Vixi, Maria!!!

❖❖ Meu amigo, tá o maior 'zum-zum-zum', à boca pequena, de que, com o apoio do sobrinho causídico, que é genro famoso, o candidato RD já estaria escolhido para a vaga da OAB no TJ..., tudo isso para não chamar tanto a atenção a tentativa de um secretário poderoso de emplacar o mano!!! Mas continuaria a proteção ao parente especialista na área imobiliária!!! Como corretor, claro, não como jurista!!! Portanto, tem títulos..., imobiliários, óbvio!!!